

Arrecadação tributária pelo setor elétrico cresce 160% em cinco anos Estudo da PwC mostra que setor deverá arrecadar R\$ 45,8 bilhões em impostos e encargos em 2006

Gisele de Oliveira, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Negócios

05/10/2005

A arrecadação de tributos e encargos pelo setor elétrico cresceu 160% em cinco anos, passando de R\$ 13 bilhões, em 1999, para R\$ 33,8 bilhões, no ano passado. Para este ano, a previsão é que a arrecadação chegue a R\$ 36,9 bilhões. Para 2006, a estimativa é de um aumento de 24,1% na arrecadação de tributos e encargos, passando para R\$ 45,8 bilhões. Isto é o que mostra o estudo "Impacto da carga tributária sobre o setor elétrico", desenvolvido pela PricewaterhouseCoopers e apresentado nesta quarta-feira, dia 5 de outubro, durante o seminário Planejamento Tributário para Empresas do Setor Elétrico, em São Paulo.

O estudo foi encomendado por 13 associações do setor (ABCE, Abdib, Abiape, Abrace, Abraceel, Abradee, Abrage, Abraget, Abragef, Abrate, Apine, APMPE e **CBIEE**), pela Amcham e pela Fiesp; e ouviu 49 empresas que representaram 75,29% do faturamento total em 2004, que ficou em R\$ 100,3 bilhões. A pesquisa analisou tributos que impactam sobre a renda, o lucro e receita das empresas e encargos setoriais, como Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ICMS, CCC, RGR, ECE e CDE. A cobrança de PIS/Cofins ficou de fora do estudo devido à indisponibilidade de dados sistematizados pelo setor.

Entre os tributos e encargos que mais pesam no setor, estão os tributos estaduais, que responderam por 20,69% da receita bruta das empresas em 2004. Para este ano, segundo o estudo, a previsão é que esse percentual caia para 20,47%, mas, em 2006, a incidência de tributos estaduais deve aumentar para 25,18% da receita bruta total. Gileno Barreto, diretor da Área Tributária da PwC, explicou que esse aumento refletirá a nova alíquota de ICMS, de 25%, a partir de 2006. "Entendemos que nenhum estado abrirá mão de arrecadar menos ICMS sobre energia elétrica", justificou o diretor da PwC. Pela nova legislação, as alíquotas de ICMS serão definidas pelos estados.

Por outro lado, os tributos federais e setoriais foram os que mais cresceram nos últimos cinco anos. Segundo o estudo, os encargos setoriais passaram de 6,17%, em 1999, para 11,69%, no ano passado. No entanto, para 2005 e 2006, a projeção é que esse percentual caia em até 11,3%, atingindo 10,83% em 2006. Pelo estudo, essa queda se dará, basicamente, pela redução da cobrança do seguro-apagão. A CCC, um dos encargos que mais preocupa o setor, cresceu 50,17%, saltando de 2,81%, em 1999, para 4,22%, em 2004. Para o ano que vem, a estimativa é que esse encargo passe a representar 4,31% da receita bruta total das empresas. Já a arrecadação com tributos federais pulou de 7,9%, há cinco anos, para 10,17%, no ano passado. A projeção para 2006 é que esses tributos respondam por 10,58%.

Barreto disse que o aumento da receita operacional bruta total das empresas nos últimos anos - de R\$ 32,3 bilhões, em 1999, para R\$ 75,5 bilhões, em 2004 - se deu, principalmente, devido ao acréscimo da carga tributária do que à própria remuneração das concessionárias. "O país é um dos maiores arrecadadores de impostos do mundo, superando, inclusive, a Áustria, que mais impõe tributos", comparou Barreto, lembrando que, na arrecadação de impostos, o Brasil está atrás somente da Suécia, Noruega, Holanda e Dinamarca, países com as maiores rendas per capita do mundo.

Para Cláudio Sales, presidente da CBIEE, o estudo comprova, mais uma vez, como o setor elétrico está sobrecarregado pela carga tributária, prejudicando, principalmente, os consumidores finais. Ele atribuiu o aumento da carga tributária "à eficiência do setor como bom arrecadador de impostos" e comparou com os outros setores, como de telecomunicações e de combustíveis. Segundo o executivo, a arrecadação de ICMS sobre energia elétrica era de 10,1% em 2002. No ano passado, esse índice pulou para 15,1%, um aumento superior a 50% em dois anos. Nos setores de telecom e de combustíveis, a arrecadação de ICMS cresceu 28% e 33%, respectivamente.

"A carga tributária está comprometendo a modicidade tarifária do setor, além de aumentar a inadimplência dos consumidores finais", observou Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica e ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. Já Antonio Bolognesi, conselheiro da Associação Brasileira de Geradores

Termelétricos, ressaltou que o aumento excessivo da carga tributária gera ainda mais incerteza para novos investimentos. Ele lembrou que o setor necessitará de mais de 15 mil MW médios até 2009, com investimentos da ordem de US\$ 22 bilhões.

Para isso, continuou o executivo, o setor precisará de investimentos privados para garantir o equilíbrio da oferta e demanda a partir de 2010. "É lamentável ter que estagnar, mais uma vez, o crescimento do país por causa de problemas na infra-estrutura", previu Bolognesi, fazendo referência ao racionamento de 2001.